



Como fazer
Pesquisas Empíricas
aplicadas a Políticas Judiciárias

Pesquisa Empírica: o que é?

Olívia Pessoa

Objetivos de aprendizagem

- Compreender o conceito de pesquisa empírica;
- Refletir a pesquisa empírica no campo do Direito;
- Compreender as possibilidades da pesquisa aplicada no Poder judiciário;
- Explorar métodos e técnicas de pesquisa empírica;
- Debater sobre experiências anteriores;

Atividade



- Anotem uma experiência que você considera ter sido uma pesquisa empírica;
- No momento do debate, quem ficar a vontade para compartilhar sua experiência e dúvidas;

O campo filosófico do conhecimento científico

- A pesquisa é um **processo sistemático** de tentativa e erro, no qual pesquisadores(as) formulam **hipóteses falsificáveis** e buscam evidências empíricas que possam refutá-las. O objetivo da pesquisa é a busca pelo conhecimento objetivo e verificável, que possa ser validado através de testes empíricos (Popper, 1993);
- Uma teoria científica deve ser formulada de tal forma que possa ser **testada e refutada** através da observação ou experimentação. Isso significa que a teoria deve **ser falsificável**;
- Se uma hipótese não pode ser refutada, ela pode ser considerada provisoriamente verdadeira, mas nunca como uma **verdade absoluta ou definitiva**.

O campo filosófico do conhecimento científico

Para Popper (1993), a pesquisa científica deve ser conduzida de **forma crítica e rigorosa**, com a busca constante por evidências **que possam refutar as teorias existentes**. Um/a pesquisador/a deve estar sempre disposto a abandonar suas teorias se as evidências empíricas as contradisserem, e que a ciência deve ser vista como um processo de evolução contínua do conhecimento.

Pesquisa empírica no campo do Direito

- Pesquisa empírica no Direito é algo recente e ainda muito pouco consolidada na formação acadêmica das **faculdades de Direito**;
- Fragilidade na formação metodológica nos cursos de Direito (foco na parte normativa da pesquisa) ;
- A permanência da ideia de um Direito **formalista, positivista, dogmático**, distante do universo da pesquisa empírica;
- Pouco diálogo com as outras áreas do conhecimento, como a Ciências Sociais, que possuem pesquisas consolidadas sobre o Direito, pois **compreendem o Direito dentro de uma contexto social, cultural e histórico que o constrói**;
- No Brasil, temos os trabalhos de Sadek, nos anos 70 e 80;

Pesquisa empírica no campo do Direito

- Para pensar em pesquisa empírica no Direito, é preciso compreender que o campo do Direito **não representa uma postura neutra e instrumental de aplicação da norma**, o Direito responde a um campo de relações de poder dentro da sociedade; (IGREJA, 2017)
- Em outras áreas do conhecimento como **Sociologia e Antropologia**, o Direito é colocado como objeto de estudo empírico, a partir do séc XIX.
- A construção de um campo de estudos empíricos no âmbito do Direito, que foi se consolidando no âmbito das Ciências Sociais e se afastando do próprio campo jurídico;

Pesquisa empírica no campo do Direito

- São pesquisas que focam as instituições, as agências administrativas, os operadores do sistema de justiça, assim como estudos sobre a lei e suas funções na sociedade (Abel, 1980);
- A antropologia jurídica se desenvolve a partir de paradigmas de análise sobre o fenômeno jurídico (Comaroff y Roberts, 1981):
 - ✓ análises de sistemas legais em sociedades tradicionais, mais recentemente nas sociedades ocidentais;
 - ✓ estudos das instituições, dos processos sociais e jurídicos, como os processos de resolução de disputas; (Sierra e Chenault, 2006).

A Pesquisa empírica....

- A pesquisa empírica é uma abordagem científica que visa coletar **dados observáveis e mensuráveis** através de métodos e técnicas de pesquisa; É uma abordagem que busca explicar ou entender fenômenos do mundo real através da **coleta de dados concretos**, em vez de se basear em teorias ou ideias pré-concebidas.
- De acordo com a epistemologia empirista, a fonte do conhecimento é a experiência sensorial, ou seja, o conhecimento é **adquirido a partir da observação do mundo ao nosso redor**. Dessa forma, a pesquisa empírica é uma abordagem que se baseia em evidências e fatos observáveis, em oposição a abordagens filosóficas ou especulativas.
- Uma das principais características da pesquisa empírica é a utilização de métodos sistemáticos e **padronizados de coleta de dados**, a fim de minimizar a **subjetividade e maximizar a validade dos resultados**.

O que não é uma pesquisa empírica?

Pesquisa bibliográfica: a pesquisa bibliográfica consiste na análise de fontes secundárias, tais como livros, artigos, teses, dissertações e outros trabalhos acadêmicos. Embora seja uma forma importante de pesquisa no Direito, ela não é considerada pesquisa empírica, **pois não envolve a coleta de dados primários.**

Exemplo: Estudo sobre as criminologias brasileiras contemporâneas: levantamento dos diferentes discursos criminológicos brasileiros do século XXI

O que não é uma pesquisa empírica?

Análise doutrinária: a análise doutrinária consiste na interpretação e crítica de teorias e conceitos jurídicos existentes.

Exemplo: pesquisa doutrinária sobre artigo 33, da Lei de Drogas.

O que não é uma pesquisa empírica?

Pesquisa jurisprudencial: a pesquisa jurisprudencial consiste na análise de decisões judiciais existentes.

Exemplo: “Análise da jurisprudência dos processos de feminicídio tramitados nas Turmas Recursais no Estado do Paraná entre 2015 a 2019”

O que não é uma pesquisa empírica?

Pesquisa normativa: a pesquisa normativa consiste na análise e interpretação de leis e normas jurídicas existentes.

Exemplo: “Mapeamento de normativas internacionais para gestão de surtos de infecções respiratórias altamente transmissíveis”.

O que não é uma pesquisa empírica?

Importante! Não confundir **as práticas de produção nas profissões jurídicas com a pesquisa científica**, como por exemplo: elaboração de petições advocatícias, elaboração de uma sentença, confecção de uma normativa.

Algumas abordagens metodológicas...

- Abordagem observacional: essa abordagem envolve a observação direta ou registro de comportamentos, eventos ou fenômenos em um ambiente natural. É uma abordagem comum na antropologia, sociologia e outras ciências sociais.
- Abordagem de pesquisa de campo: essa abordagem envolve a coleta de dados em ambientes naturais, muitas vezes em ambientes não controlados. É comum na geologia, ecologia, biologia e outras ciências naturais.
- Abordagem qualitativa: essa abordagem envolve a coleta de dados não-estruturados ou semi-estruturados através de entrevistas, grupos focais, observação participante ou análise de documentos. É comum na sociologia, antropologia, educação e outras ciências sociais.
- Abordagem quantitativa: essa abordagem envolve a coleta de dados estruturados e mensuráveis através de questionários, testes, escalas ou outras técnicas. É comum na psicologia, ciências da saúde, economia e outras ciências sociais.

Por que isso interessa aos/as servidores/as e magistrados/as do Poder Judiciário?

- A importância da manutenção de uma boa **base DataJud** para produção de diagnósticos sobre o Poder Judiciário nacional e local;
- O aperfeiçoamento **das políticas judiciárias com fundamento na produção** de dados e informações científicas sobre os serviços judiciários prestados nas respectivas localidades;
- Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária;

Por que isso interessa aos/as servidores/as e magistrados/as do Poder Judiciário?

- Problema de Eficiência do poder judiciário – como lidar com o aumento significativo do estoque de processos.
- Os desafios da Gestão judiciária;
- A garantia do Acesso à Justiça;
- Monitoramento e avaliação do serviços prestados;

Por que isso interessa aos/as servidores/as e magistrados(as) do Poder Judiciário?

- O Poder Judiciário enfrenta problemas complexos que precisam de análise sistêmica;
- Para uma melhor prestação de serviços públicos aos/as jurisdicionados/as, se faz necessário compreender o Direito como ele é, não como ele deveria ser;
- A implementação de políticas baseada em dados, corre menos riscos de erros;
- A necessidade constante de monitorar e avaliar os serviços prestados;

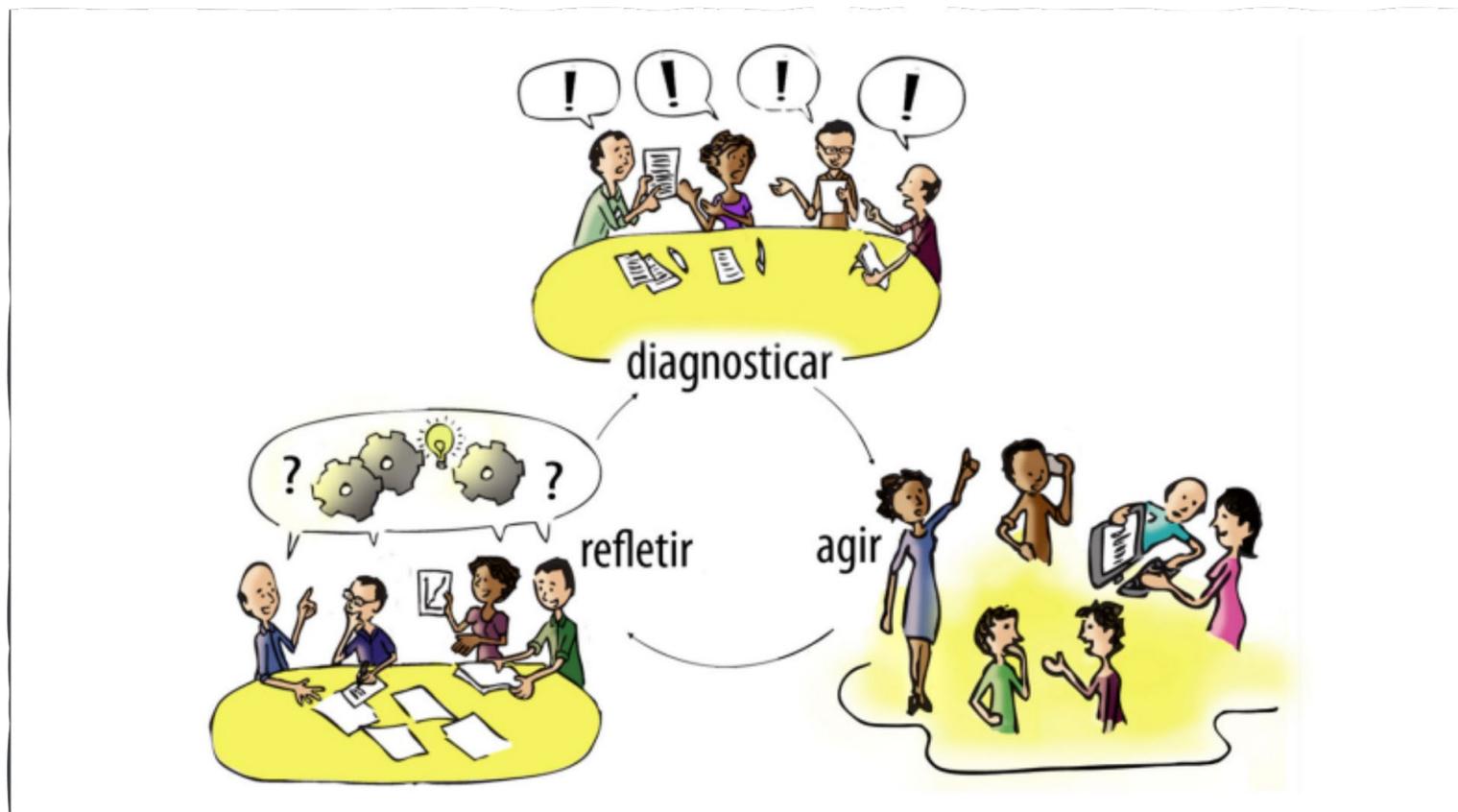
A pesquisa aplicada como ferramental para as políticas judiciárias

- Investigação que objetiva a **aquisição de novos conhecimentos** com objetivos práticos. OECD (2002):
- A pesquisa aplicada concentra-se em torno dos **problemas presentes nas atividades das instituições, organizações**, grupos ou atores sociais. Ela está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Responde a uma demanda formulada por “usuários , atores sociais ou instituições” (Thiollent, 2009, p.36).
- É importante destacar que a pesquisa aplicada é uma abordagem orientada para **soluções** e seu objetivo é produzir conhecimento útil e aplicável em contextos reais.

A pesquisa aplicada como ferramenta para as políticas judiciárias

- Tabulação de dados - É importante transformar a informação em dado que possa ser analisado:
- Tabular cada passo da pesquisa: as tentativas de entrada de campo, os desafios, número de ligações e etc.;
- Gravar e transcrever entrevistas para criar categorias de análise;
- Criar estratégias para o monitoramento dos resultados implementados.

Pesquisa-ação como metodologia como ferramental para as políticas judiciárias



Pesquisas empíricas realizadas no âmbito do DPJ

Destituição de poder familiar, adoção e tráfico de crianças em 12 cidades brasileiras:
Identificar e analisar as práticas de adoção irregular e tráfico de crianças;

- Analisar **o perfil e as percepções** dos profissionais envolvidos nos processos de prevenção a adoção irregular e ao tráfico de crianças;
- Identificar e analisar as **relações estabelecidas entre o sistema de justiça e as organizações responsáveis** pelo fornecimento de serviços de atenção a criança, inclusive o Poder Executivo e a sociedade civil;
- Identificar possíveis **obstáculos** existentes ao cumprimento do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças

Pesquisas empíricas realizadas no âmbito do DPJ

Análise do fluxo processual e do sistema recursal nos Juizados Especiais Federais com vistas a subsidiar a atuação do Conselho da Justiça Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O método conhecido **por triangulação de dados**, ou seja, a análise de dados quantitativos, análise de questionário de entrevista aplicado aos juízes(as) que atuam em juizados e servidores(as), levantamento e análise de informações atos normativos expedidos na Justiça Federal e **revisão bibliografia** de referência sobre o assunto

Problemas de pesquisa e técnicas

Quais os efeitos da litigância repetitiva, especificamente relacionadas a grandes litigantes (ex: Estado, instituições financeiras, instituições de serviço de telefonia móvel e internet) **no cotidiano do funcionamento de determinada unidades judiciária e na prestação jurisdicional em si.**

- Qual o tamanho desse litigância? Temos como monitorar essa questão?
- Quais os atores impactados? Servidores? O cidadão? O poder executivo?
- Como transformar as informações da unidade judiciária em dados?

Problemas de pesquisa e técnicas

Analisar os desafios de implementação de ferramentas de gestão para controle de atividades, levando em consideração a estrutura hierarquizada de uma Vara judicial.

- Existem informações de antes da implementação das ferramentas?
- Quais são as variáveis importantes? Tempo? Fluxo?
- Quais os atores impactados?

Disseminação das pesquisas

- A importância da avaliação por pares;
- Participação de eventos científicos para debate de metodologia e resultados (EPED, ENAJUS);
- Quando possível, publicar e divulgar resultados;

Atividade



- Anotem uma experiência que você considera ter sido uma pesquisa empírica;
- No momento do debate, quem ficar a vontade para compartilhar sua experiência e dúvidas;

Obrigada!
Olívia Pessoa

Olivia.pessoa@gmail.com